

A entrada da União Africana no G20 e seus impactos no sistema internacional

Anselmo Otavio¹

Natalia Fingermann²

Resumo: O colapso da ordem internacional de Bretton Woods converge com a ascensão das potências emergentes. Nesse contexto, há o reposicionamento do continente africano, que busca maior autonomia para se estabelecer como um novo *player* nessa arquitetura internacional. É diante de tais aspirações que se propõe analisar a entrada da União Africana (UA) no G20. Para tal finalidade, além da adoção de uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo e do uso de fontes secundárias, este artigo possui três objetivos específicos: compreender a relação entre as potências tradicionais, emergentes e o Renascimento Africano; discorrer sobre a importância da African Continental Free Trade Area (AfCFTA) em equilibrar preceitos defendidos pelas potências tradicionais e emergentes; e, por fim, destacar os principais desafios que a UA poderá encontrar dentro do G20.

Palavras-chave: Potências tradicionais e emergentes; renascimento africano; União Africana (UA) e G20.

The Inclusion of the African Union into G20 and its impacts on the international system

Abstract: The collapse of the Bretton Woods international order coincides with the rise of emerging powers. In this context, the African continent has repositioned itself to achieve greater autonomy and establish itself as a new player in this evolving international architecture. In light of these aspirations, this study aims to analyze the entry of the African Union into the G20. Adopting a qualitative interpretative approach and using secondary sources, this study outlines three specific objectives: understanding the relationship between traditional powers, emerging powers, and the African Renaissance; discussing the importance of the African Continental Free Trade Area in balancing the principles advocated by both traditional and emerging powers; and highlighting the main challenges the African Union may encounter within G20.

Keywords: Traditional and emerging powers; African Renaissance; African Union and G20.

La Inclusión de la Unión Africana en el G20 y su Impacto en el Sistema Internacional

Resumen: El colapso del orden internacional de Bretton Woods coincide con el ascenso de las potencias emergentes. En este contexto, el continente africano se ha repositionado para lograr una mayor autonomía y establecerse como un nuevo actor en la arquitectura internacional en evolución. A la luz de estas aspiraciones, este artículo tiene como objetivo analizar la entrada de la Unión Africana (UA) en el G20. Adoptando un enfoque cualitativo interpretativo y utilizando fuentes secundarias, el artículo presenta tres objetivos específicos: comprender la relación entre las potencias tradicionales, las potencias emergentes y el Renacimiento Africano; discutir la importancia del Área de Libre Comercio Continental Africana (AfCFTA) en equilibrar los principios defendidos tanto por las potencias tradicionales como por las emergentes; y, finalmente, destacar los principales desafíos que la UA podría encontrar dentro del G20.

Palabras clave: Potencias tradicionales y emergentes; Renacimiento Africano; Unión Africana (UA) y G20.

¹ Professor Adjunto de Relações Internacionais da África e do Oriente Médio na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/Unifesp). Vice-coordenador do Projeto GEOS: Geopolítica, Geoeconomia e Geocultura na EPPEN. Membro do Grupo de Reflexão G20 no Brasil do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: otavio@unifesp.br

² Professora de Relações Internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Membro do Grupo de Reflexão G20 no Brasil do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: nataliafingermann@yahoo.com.br

Introdução

Em 2015, a União Africana (UA) lançou a Agenda 2063 “A África que queremos”, uma das principais iniciativas africanas do século atual, cuja implementação, para além de contar com a vontade política de países e organizações africanas em garantir sua continuidade, possui sua viabilização e financiamento atrelados diretamente aos parceiros externos (AGENDA, 2015). Nesse caso, sem excluir a participação dos parceiros tradicionais, a UA tem reafirmado a importância das potências emergentes. Por um lado, o estreitamento das relações Sul-Sul está relacionado à busca de um novo caminho para alcançar o desenvolvimento, visto que o eixo Sul-Sul é marcado pela horizontalidade nas relações, com a expectativa de se garantir benefícios mútuos, sem exigir condicionalidades políticas e econômicas. Por outro lado, o fortalecimento dos laços com as potências emergentes corresponde a uma nova geografia do poder no cenário internacional, em que o interesse pelo continente africano passa a ser compartilhado com as potências tradicionais. Não é por acaso que a China lançou o Fórum de Cooperação China-África, em 2018, no qual o presidente Xi Jinping destacou a vontade de “construir uma comunidade China-África ainda mais próxima com um futuro compartilhado”³ (CHANGCHUN, 2024).

Logo, para além do apoio à criação de iniciativas que visam fortalecer a integração regional continental, como a African Continental Free Trade Area (AfCFTA), a Agenda 2063 destaca a necessidade de potencializar a autonomia regional no sistema internacional. Nesse sentido, a UA deve estabelecer parcerias benéficas aos interesses comuns da região, bem como defender as reformas de governança global. É diante dessa aspiração que este artigo se propõe a analisar a entrada da União Africana no G20. Para tal finalidade, o artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, apoiado na análise de fontes secundárias, sendo estruturado em três seções.

Nas duas primeiras seções, busca-se compreender o contexto internacional em que emerge o Renascimento Africano, destacando como os limites da parceria com as potências tradicionais e o crescimento das potências emergentes foram *sine qua non* para que se construísse uma nova visão de desenvolvimento regional. Na terceira seção, apresenta-se como a implementação do AfCFTA, liderada pela

³ Tradução nossa do trecho: “*building an even closer China-Africa community with a shared future*”.

União Africana, configura-se potencialmente como uma nova maneira de inserção global, alinhando as iniciativas anteriores de livre-comércio a uma perspectiva desenvolvimentista de base industrial e eixos de integração de infraestrutura e energia. Assim, destaca-se que há hoje, na União Africana, um projeto de desenvolvimento que une preceitos de livre comércio e governança orientados pelas potências tradicionais com aqueles valorizados pelas potências emergentes, principalmente a China, que tem colaborado com a criação de projetos de infraestrutura e zonas industriais (CALABRESE, 2022; FREITAS, 2023). Além disso, indica-se como a entrada da UA no G20 pode fortalecer temas relevantes do Sul Global na agenda internacional.

A primeira década do Renascimento Africano e os limites da parceria Norte-Sul

No final da década de 1990, uma nova doutrina política e econômica para o continente africano passou a ganhar destaque: o Renascimento Africano. Amplamente defendido por Thabo Mbeki, o Renascimento Africano nasceu de um momento interno e externo favorável à região, enquanto na esfera doméstica se destacava o crescimento econômico, o fim de regimes autoritários, o declínio no número de guerras, dentre outras. No cenário externo, havia uma reorganização das potências, que, com o final da Guerra Fria, buscavam fortalecer seus laços com os países africanos, ao identificarem o seu potencial ao consumo e a produção de commodities (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021).

Se no âmbito interno a continuidade das transformações vistas no continente eram relacionadas à defesa da solidariedade africana expressa por diversas iniciativas de integração regional, no cenário externo, surgia a ideia da chamada responsabilidade mútua ou compartilhada, que defendia o acesso a produtos *made in Africa* nos mercados desenvolvidos, com aumento tanto dos investimentos externos diretos (IEDs) como das iniciativas voltadas à erradicação da pobreza, à democratização e à pacificação a partir da valorização dos preceitos ocidentais (LANDSBERG, 2005).

Um dos principais símbolos da responsabilidade mútua é a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (New Partnership for Africa's Development – Nepad). Lançada no ano de 2001, a Nepad procurava estabelecer objetivos claros a toda a África, tais como: a erradicação da pobreza; a promoção do crescimento e do

desenvolvimento sustentável dos países africanos; o combate à marginalização do continente no processo de globalização; o estabelecimento de condições para o desenvolvimento sustentável, entre outros (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021). Também conectava o continente aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), demonstrando a vontade política do continente em se comprometer efetivamente com os parceiros Ocidentais (DE WAAL, 2002). De fato, seu documento constitutivo já indicava que sua existência era “um chamado para uma nova relação de parceria entre a África e a Comunidade Internacional, *especialmente os países altamente industrializados*, para superar o hiato no desenvolvimento que foi ampliado ao longo de séculos de relações desiguais” (NEPAD, 2001, p. 2, tradução nossa).

Embora tenha sido aclamada na Cúpula do G7+1, realizada em junho de 2002 no Canadá (NEPAD AGENCY, 2011), a Nepad acabou por se mostrar frágil no alcance de suas metas. Reflexo disso pode ser visto pela análise dos IEDs que aumentaram somente em setores estratégicos às potências industrializadas (minério e energia), assim como por sua concentração regional, com 53,6% do IED estando, no ano de 2013, localizado nas regiões da África do Norte e da África Ocidental⁴.

Essa concentração do IED indica três limites da ideia de responsabilidade mútua na Nepad. O primeiro deles está conectado ao estreitamento das relações com os Estados Unidos, país que historicamente tem enquadrado o continente africano aos seus próprios interesses, sem atuar em prol da resolução dos desafios locais. Nesse caso, vale ressaltar que a primeira década da Nepad converge com a política externa norte-americana da Guerra ao Terror (GcT), de modo que seu objetivo na região se limitou ao estabelecimento de laços com aqueles países que possuíam grupos terroristas em seu território, sem uma agenda de desenvolvimento local (OTAVIO, 2021). Ainda que as trocas comerciais tenham aumentado, o que se destaca no período são os recursos direcionados à área da segurança, com a consolidação do Comando dos Estados Unidos para a África (Africom), sem nenhuma participação das nações africanas (CARDOSO, 2020; OTAVIO, 2021). Esse predomínio das ações na área de segurança se manteve na administração Obama (2009-2017), com a concentração de repasses aos países estratégicos, tal como o Egito, que, entre 2009 e 2010, havia recebido em torno de US\$ 1,3 bilhão em assistência militar (TIEKU, 2018).

⁴ Dados disponíveis em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/>. Acesso em: 2 out. 2024.

O segundo exemplo de limite da responsabilidade mútua também pode ser visto pelo redirecionamento da agenda dos parceiros europeus à agenda norte-americana, com seu apoio à intervenção militar na Líbia no contexto da Primavera Árabe, assim como pela instrumentalização da Responsabilidade de Proteger (R2P), aprovada no Conselho de Segurança e executada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (DE WAAL, 2013). Por fim, o terceiro exemplo de limite da responsabilidade mútua se refere a um de seus principais objetivos, a ampliação das trocas comerciais, que foi impactada pela crise financeira de 2008, com a diminuição do comércio entre União Europeia (UE) e Estados Unidos e o continente africano. Em números, por exemplo, as importações da UE do continente africano passaram de € 161 bilhões, em 2008, para € 122 bilhões, em 2009. No mesmo período, as exportações diminuíram de € 120 bilhões para € 108 bilhões⁵. No caso norte-americano, o declínio foi ainda mais acentuado, passando as importações de US\$ 113,5 bilhões (2008) para US\$ 62,4 bilhões (2009), enquanto as exportações foram de US\$ 28,39 bilhões (2008) para US\$ 24,33 bilhões (2009)⁶.

Em contraste com esse declínio, países como Índia e China ampliaram as trocas comerciais com o continente. A Índia, por exemplo, aumentou anualmente suas exportações em 20,2% e as importações em 17,8%, entre os anos de 2000 e 2014; enquanto a China, nesse mesmo período, incrementou as exportações em 22,6% e as importações em 22,4% (NOWAK, 2016). Se, por um lado, a maior presença indiana e chinesa no continente africano refletia a ascensão das potências emergentes, por outro, tal presença demonstrava a possibilidade dos países africanos em buscar soluções alternativas não apenas junto às relações Norte-Sul, mas também no eixo Sul-Sul.

A segunda década do Renascimento Africano e as relações Sul-Sul como alternativa

Discorrendo sobre as potências emergentes, o relatório da Gallup (VIGERS, 2024) contrasta a popularidade de China e Rússia diante das potências tradicionais. Moscou, por exemplo, tem conseguido ampliar seu *soft power* no continente africano, apesar das críticas acerca da guerra na Ucrânia. Inclusive, o olhar positivo sobre a Rússia pode ser notado pela rejeição da resolução que condenava a

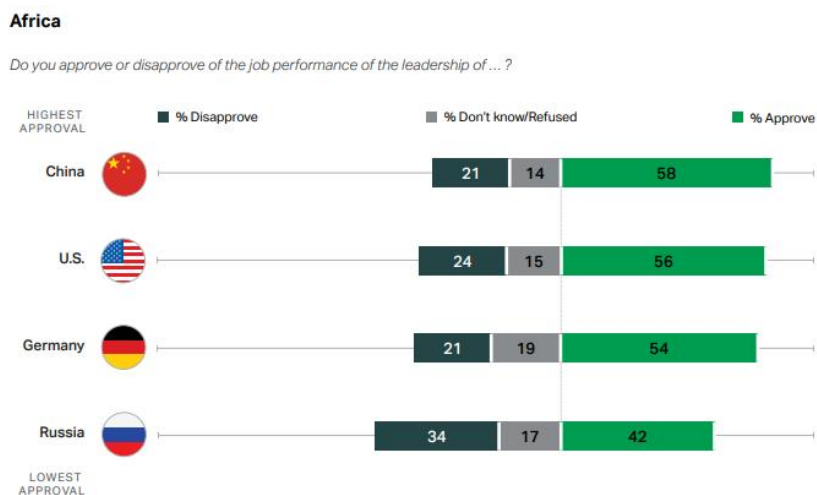
⁵ Dados disponíveis em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?oldid=457940>. Acesso em: 2 out. 2024.

⁶ Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: 2 out. 2024.

invasão da Ucrânia pela Rússia, ocorrida na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em março de 2022. Com a aprovação de 141 dos 193 membros da ONU, essa votação foi marcada pela abstenção de 17 países africanos, incluindo Argélia, Angola e África do Sul, o não voto de oito países, como Camarões, Etiópia e Marrocos, e o voto contrário da Eritreia (WHITE; HOLTZ, 2022).

De certa maneira, o resultado do relatório da Gallup (VIGERS, 2024) pode ser demonstrado em termos ilustrativos, como na Figura 1, que indica a China superando, pela primeira vez, a aprovação norte-americana, enquanto a Rússia ficou com 42%, recuperando-se da queda que tinha tido em 2022, quando obteve uma aprovação de apenas 34% devido à questão da Ucrânia. Essa recuperação da Rússia é liderada por sua imagem positiva construída, principalmente, entre as novas lideranças que assumiram o poder na região do Sahel, com o apoio militar do Grupo Wagner. Em Mali, Burkina Faso e Chad, a aprovação russa atinge 89%, 81% e 76%, respectivamente (VIGERS, 2024).

Figura 1. Aprovação das lideranças na África.

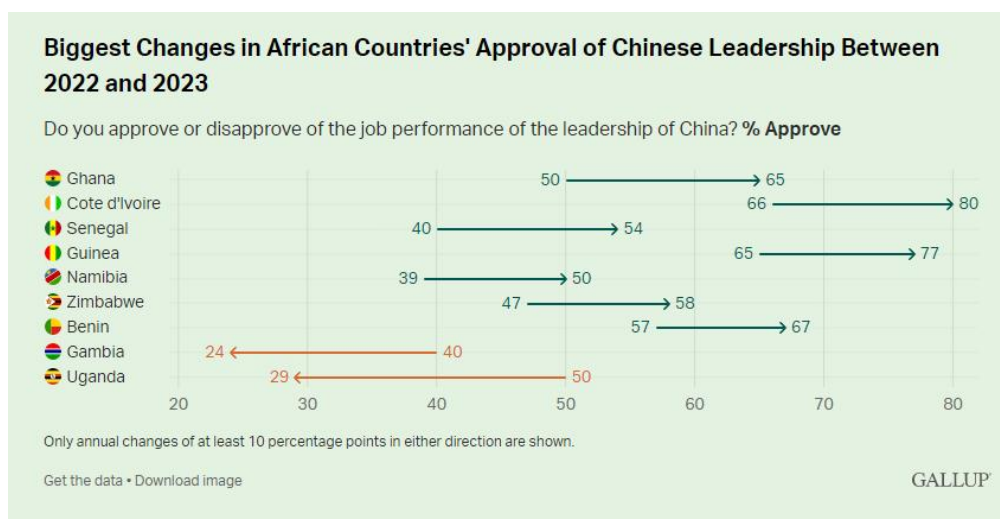


Fonte: Vigers (2024).

Sobre a China, o relatório destaca os principais países nos quais a liderança chinesa é considerada positiva. Esse aumento do *soft power* é alavancado pelo crescimento do investimento externo direto na região, assim como seus projetos de cooperação Sul-Sul. Nesse caso, se entre 2013 e 2018 houve um aumento de 45%

da ajuda internacional chinesa para países africanos⁷, conforme apresentado pela Figura 2, o que se percebe é a convergência entre a presença chinesa e o olhar positivo por parte dos países africanos, com a Costa do Marfim em primeiro lugar na lista de países destacados, com a aprovação em 80%, seguida pela Guiné (77%), Benin (67%) e Gana (65%).

Figura 2. O crescimento da popularidade chinesa na África.



Fonte: Vigers (2024).

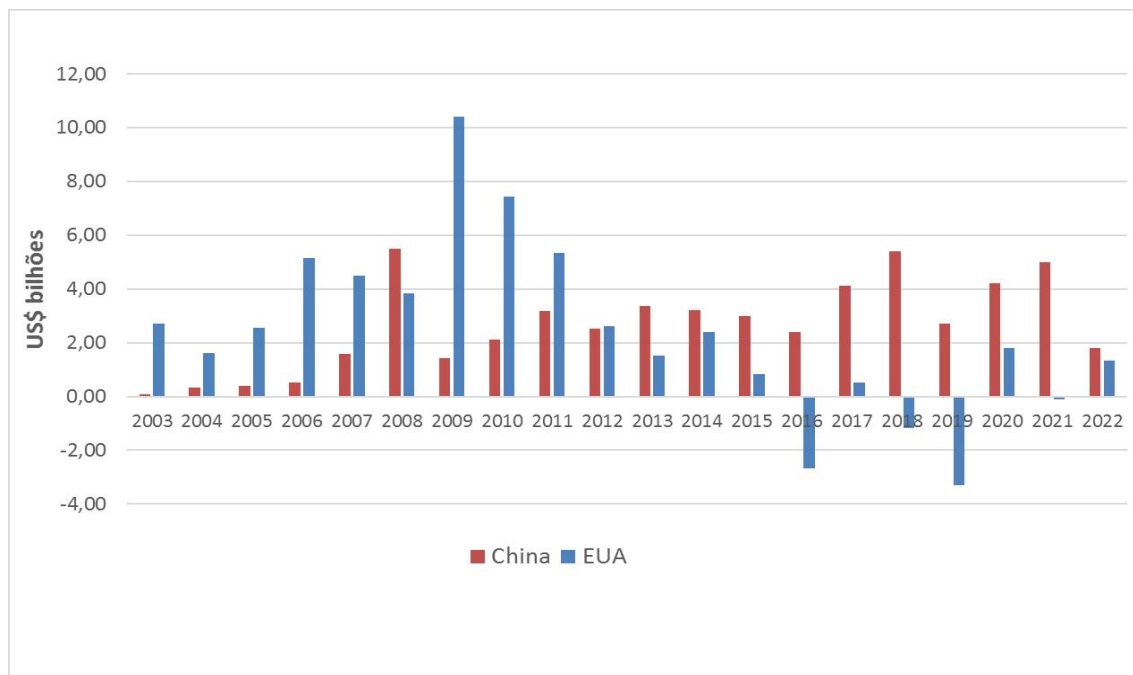
É importante mencionar que além do IED chinês se concentrar em projetos de construção, representando 33,3% do total investido em 2022, no valor de US\$ 40,9 bilhões, há, ainda, os projetos realizados por companhias chinesas de engenharia e construção que garantem a criação de uma infraestrutura básica em países africanos que estavam com estradas, ferrovias, portos e aeroportos completamente sucateados desde a independência. No ano de 2022, as receitas brutas de tais empreendimentos totalizaram US\$ 38 bilhões de dólares, sendo 41% desse total concentrado em Nigéria, Angola, Argélia, Egito e República Democrática do Congo⁸. Em termos gerais, o IED chinês tem crescido significativamente na região, superando os Estados Unidos desde 2013, que já apresentava uma queda a

⁷ Dados disponíveis em: <https://lucid-cari.squarespace.com/data-chinese-contracts-in-africa>. Acesso em: 2 out. 2024.

⁸ Dados disponíveis em: <https://lucid-cari.squarespace.com/data-chinese-contracts-in-africa>. Acesso em: 2 out. 2024.

partir de 2010. De modo ilustrativo, a diferença entre os fluxos de IED chinês e norte-americano podem ser encontrados no Gráfico 1.

Gráfico 1. Fluxo do IED da China e EUA em US\$ bilhões.



Fonte: Elaborado com base nos dados da China Africa Research Initiative⁹.

Para além de representar as transformações de um sistema internacional, as potências emergentes vêm gerando uma conjuntura favorável aos países africanos, que não mais reduzem sua inserção internacional ao eixo Norte-Sul, mas priorizam a continuidade do Renascimento Africano via parcerias Sul-Sul. Um dos principais impactos desse cenário foi a mudança de uma das características centrais do *African Renaissance*, que partiu da ideia de responsabilidade mútua para o hibridismo em sua estratégia de inserção internacional. Enquanto a primeira estratégia considerava que os países africanos e as potências desenvolvidas tinham as mesmas responsabilidades na resolução dos desafios africanos, com base principalmente nos valores ocidentais, a segunda estratégia representa um reencontro do Renascimento Africano com os valores do Pan-Africanismo, que ditam que a integração regional e a continuidade das parcerias internacionais

⁹ Disponível em: <https://lucid-cari.squarespace.com/data-chinese-contracts-in-africa>. Acesso em: 2 out. 2024.

devem ser construídas e mantidas a partir dos interesses da África (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021).

Essa mudança de estratégia, com o apoio das potências emergentes, emergiu já no Programa de Infraestrutura para o Desenvolvimento da África (Pida) de 2010 (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021). No entanto, o fortalecimento do hibridismo está atrelado principalmente à criação da Agenda 2063, com referências explícitas à expectativa de cooperação com os parceiros “emergentes, como os países do BRICS, mundo árabe, etc.” (AFRICAN UNION COMMISSION, 2015, p. 16, tradução nossa), sem que haja qualquer menção ao papel das potências tradicionais.

Contudo, vale ressaltar que a preferência pelas emergentes não simboliza alinhamento automático; na verdade, tal escolha deve ser entendida como contraponto à dependência anteriormente vista pelos países africanos com relação às potências tradicionais, bem como o entendimento de que a relação Sul-Sul é favorável à viabilidade das iniciativas símbolos do Renascimento Africano. Inclusive, diante de uma conjuntura internacional favorável à possibilidade de escolher parcerias que se mostrem convergentes aos interesses africanos, o que se percebe é a busca por uma nova inserção internacional, pautada na efetivação da 7ª aspiração da Agenda 2063, qual seja, fazer da África um ator relevante e um parceiro estratégico no âmbito global.

A nova inserção internacional converge com o interesse africano em ser mais atuante em grandes organizações de caráter multilateral. Por um lado, tal atuação pode ser exemplificada pela busca de apoio à ascensão de africanos a postos de liderança em organizações de destaque, refletindo nas vitórias de Tedros Adhanom Ghebreyesus como Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (2017-) – fruto do apoio de países africanos e asiáticos, com destaque para China (BURANYI, 2020) – e de Ngozi Okonjo-Iweala como primeira mulher a se tornar Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (2021-), apoiada não apenas por países africanos e pela China, como também pela União Europeia e, posteriormente, pelos Estados Unidos (SMITH, 2020). Por outro lado, a atuação pode ser exemplificada pela defesa por reformas de organizações multilaterais, como o Conselho de Segurança (CS) e o G20.

Em relação ao CS, a pressão pela reforma já era vista desde a década de 2000, com o Ezulwini Consensus de 2005, iniciativa da UA que defendia a inclusão de assentos permanentes e não-permanentes aos países africanos (AFRICAN

UNION, 2005) e, atualmente, passou a contar com o apoio de países como Rússia, China e EUA (CHINA, 2019; OTAVIO, 2021; RÚSSIA, 2023). Diferentemente da não efetivação da reforma do CS, no caso do G20, destaca-se a unanimidade entre as potências tradicionais e emergentes em apoiar a entrada da UA como membro permanente, fato consumado na reunião do G20 em Nova Delhi (ENGLISH, 2023)¹⁰.

G20, a União Africana e AfCFTA

Desde sua gênese em 1999, o G20 possui uma história marcada pela tendência de englobar as potências emergentes nos debates sobre a economia internacional (RAMOS, 2014). No entanto, essa tendência ganhou destaque somente a partir da crise financeira de 2008, quando os países emergentes passaram a liderar o debate sobre os rumos da economia internacional, com a iniciativa de incluir outras temáticas globais dentro da estrutura do G20. Hoje, o Grupo concentra 85% do produto interno bruto (PIB) mundial e 75% do comércio mundial, hospedando pautas de interesse dos países em desenvolvimento, tais como combate à fome, pobreza e desigualdade por meio da taxação de fortunas, desenvolvimento sustentável e reforma da governança global (MUNYATI, 2023).

A recente participação da UA no G20 é importante tanto para o fortalecimento das agendas relevantes ao Sul Global, quanto para se firmar uma nova perspectiva em relação ao continente. O reconhecimento da UA no Grupo vai na contramão da tradicional visão afro-pessimista, na qual o continente era sempre visto como um fardo ao sistema internacional por sua constante estagnação econômica e guerras internas (BUJRA, 2004). Atualmente, percebe-se que a UA tem um potencial enorme de crescimento econômico, a partir da consolidação da maior zona de livre-comércio mundial. A AfCFTA engloba 55 países, com um PIB combinado de US\$3 trilhões, equivalente a 10% da economia mundial, com 1.4 bilhão de habitantes, e tendo a previsão de atingir 2.5 bilhões de habitantes em 2050, segundo as Nações Unidas (AFRICAN, 2023; NAMATOVU, 2023).

De certo modo, a abundância de recursos minerais do continente fortalece seu caráter estratégico, ainda mais quando se une à consolidação de uma zona que visa não somente aprofundar o comércio com o globo, mas também adensar suas

¹⁰ A configuração do G20 passou a ser composta por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, EUA, União Europeia e a União Africana (MUNYATI, 2023).

trocas comerciais intrablocos, com planejamento de uma rede de infraestrutura e zonas de polos industriais. Dito de outra forma, enquanto a AfCFTA é vista como importante para ampliar as trocas comerciais intrablocos, que deverão alcançar a cifra de US\$ 6,7 trilhões até 2030, a população africana, além de ser caracterizada pelo predomínio de jovens e acelerado processo de urbanização, destaca o crescimento de seu consumo, inclusive no âmbito digital, visto que até o fim de 2025 espera-se que aproximadamente 680 milhões de smartphones sejam demandados pelos africanos (HRUBY, 2022). Inclusive, *A U.S. Strategy toward Sub-Saharan Africa* (THE WHITE HOUSE, 2022) e o discurso chinês na Belt and Road Dialogue for China-Africa Cooperation (KEYNOTE, 2019) ressaltam o caráter estratégico do potencial africano para o sistema multipolar atual.

A convergência e harmonização de normas de comércio exterior entre os oito blocos regionais – *Community of Sahel Saharan States, Common Market for Eastern and Southern Africa, East African Community, Economic Community of Central African States, Economic Community of West African States, Intergovernmental Authority on Development, Southern African Development Community e Arab Maghreb Union* – e a criação de uma rede de infraestrutura integrada a polos de industriais que fortalecem as pequenas e médias empresas da região tornam a participação da UA no G20 importante ao Renascimento Africano e sua inserção internacional.

Em linhas gerais, a construção de uma nova inserção internacional pautada na possibilidade em criar alianças com potências tradicionais e emergentes e na criação de iniciativas como o AfCFTA foi chave para garantir à UA o status de membro efetivo do G20, após sete anos de pressão. Agora como parte do G20, é fato que a principal organização africana se deparará com alguns desafios, dos quais três, ao menos nesse primeiro momento, se mostram presentes. O primeiro desafio, que também é de todo o planeta, diz respeito às mudanças climáticas, conforme visto na declaração do G20 Índia (2023), que ressalta tal preocupação. Diante dessa tendência, o desafio da organização africana será a construção de articulação com outros países-membro cujo objetivo será romper com a desproporcionalidade entre os países africanos e aqueles altamente industrializados, visto que o continente é o que menos contribui para as alterações climáticas, mas é um dos mais afetados (NAMATOVU, 2023).

Nesse caso, a UA pode ganhar maior protagonismo, uma vez que a organização representa um continente que detém mais de 60% de todos os recursos energéticos do mundo e 30% dos minerais necessários para desenvolver tecnologias tanto de baixa carbono quanto de energia renovável, contando com reservas de alumínio, cobalto, cobre, lítio, manganês, crômio, grafite natural, níquel, nióbio, titânio, entre outros. Em números, por exemplo, a África possui 48% das reservas globais de cobalto e 47% das reservas globais de manganês (NAMATOVU, 2023; ONU, 2023). Dessa forma, o papel da UA em articular a criação de um imposto mundial sobre os combustíveis fósseis pode ter êxito, uma vez que G20 tem representado um espaço importante de diálogo internacional, com o protagonismo de muitos países emergentes em relação a esse tema.

Vale ressaltar que essa proposta de taxação mundial sobre os combustíveis fósseis já vinha sendo desenvolvida pela UA, antes dela integrar o G20. No Africa Climate Summit, ocorrido em setembro de 2023 no Quênia, a UA garantiu que essa pauta contasse na declaração final – *The African Leaders Nairobi Declaration on climate change and call to action* (AFRICAN UNION, 2023) –, assim como demandou o cumprimento das metas de repasse dos países ricos, em US\$ 100 bilhões, para projetos voltados aos países pobres e ao tratamento equitativo aos países africanos, símbolo do Renascimento Africano.

Já os outros dois desafios, cujo enfrentamento poderá garantir o protagonismo da União Africana no G20, encontram-se na dimensão da economia, sendo o primeiro a questão da dívida externa. Sabe-se que a baixa representatividade da região no G20 levou o continente a uma crise ainda maior na questão do endividamento, conforme visto com o *The Common Framework for debt treatment* (G20 ITÁLIA, 2023), que se mostrou ineficaz para os países africanos, uma vez que a falta de representação africana fez com que as nações credoras fossem privilegiadas. O último desafio, por sua vez, refere-se à consolidação de projetos em uma nova realidade econômica que garanta a efetividade de políticas de combate à pobreza extrema, que teve um aumento considerável entre 2016 e 2023, sendo que a população abaixo da linha da pobreza passou de 369 milhões para 429 milhões, motivada pelas consequências econômicas da pandemia da covid-19¹¹.

¹¹ Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Evidentemente que para cumprir esses desafios a interação com o outro representante do continente africano, tal como a África do Sul, poderá garantir à UA a possibilidade de se contrapor a escolhas realizadas por outros países que, em maior ou menor intensidade, impactam negativamente os países africanos (NAMATOVU, 2023; NSHIMBI, 2019). Exemplo disso pode ser encontrado na proposta *The Common Framework for Debt Treatment* (G20 ITÁLIA, 2023), a qual pretende eleger soluções para mitigar a dívida externa dos países mais pobres do mundo. Sabe-se que o fracasso dessa iniciativa na África está diretamente relacionada com a ausência do continente durante o processo de tomada de decisão, que beneficiou somente as nações credoras. No entanto, vale apontar que uma nova rodada de negociação sobre a dívida externa depende do apoio que a própria União Africana construir com potenciais parceiros emergentes do G20, tal como o Brasil.

É importante destacar que o combate à fome é um marco da gestão de Lula da Silva na liderança do G20, pois o Brasil tem buscado alternativas para lidar com a pobreza e o fim da fome mundial. Um primeiro exemplo pode ser encontrado na defesa de taxação dos super-ricos, conforme exposto pelo Ministro da Economia Fernando Haddad em reunião sobre Cooperação Internacional em Tributação do G20 ocorrida em julho de 2024 (BRASIL, 2024a). Somada à taxação, outra iniciativa construída pelo Brasil e de interesse da UA refere-se à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, apresentada no discurso do presidente brasileiro também em julho de 2024, em reunião do G20, que destaca a importância da articulação entre países e organizações internacionais para alcançar tais finalidades (BRASIL, 2024b). Ambas as pautas são de interesse da UA e a sua inclusão no G20 pode facilitar a criação de mecanismos para se alcançar essa meta, visto que o continente tem tido protagonismo e relativo sucesso em algumas iniciativas de mitigação da fome e pobreza, como o Programa de Transferência de Renda no Malawi (RAMPONI; NKHOMA; GRIFFIN, 2022), e na reestruturação da política agrícola para as mulheres em Ruanda (MEADOR; O'BRIAN, 2019).

Considerações Finais

O convite realizado pelo Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, ao atual presidente da União Africana, Azali Assoumani, para que este assumisse a cadeira de membro efetivo do G20 simbolizou não apenas a entrada de uma nova

organização internacional, mas também o êxito da política do Renascimento Africano, que busca consolidar seu protagonismo na construção da agenda de governança global. De fato, conforme destacado ao longo deste artigo, a entrada da UA no G20 atrela-se a um novo equilíbrio de poder internacional, em que há uma disputa entre as potências tradicionais e as emergentes, além de um novo contexto regional fortalecido pela consolidação da maior zona de livre-comércio mundial, a AfCFTA.

A relevância das potências tradicionais se mantém na agenda dos países africanos, sendo destacada sua influência nos preceitos de livre-comércio defendidos pela AfCFTA, assim como pela UA. Entretanto, a ampliação de atores nessa nova geografia internacional, com o aumento das relações Sul-Sul, tem favorecido a autodeterminação africana, ao lhe garantir mais independência para implementar seu próprio projeto de desenvolvimento, o qual pretende associar as ideias liberais de livre-comércio a arranjos de intervenção estatal, com aportes significativos nos setores de energia e infraestrutura. A convergência de agendas entre a UA e os países emergentes pode ser vista pelo foco dado pela atual liderança brasileira no G20, que procura estabelecer como cerne central o combate à fome e à pobreza, marcando o começo de uma nova era de debates dentro do Grupo. Também vale lembrar que essa maior representatividade no G20 deve fortalecer os princípios de benefícios mútuos e horizontalidade delineados pela Cooperação Sul-Sul, contribuindo para o desenvolvimento dos países do continente.

Por fim, pode-se dizer que assim como posto na Agenda 2063, a participação da UA no G20, apoiada pelas potências tradicionais e emergentes, representa uma vitória do continente, que finalmente rompe com o afro-pessimismo e fortalece sua imagem de um continente em constante transformação, sendo a UA vista como a instituição chave desse processo de defesa dos interesses africanos no cenário internacional. É evidente que desafios devem surgir dessa integração da UA a desse novo arranjo político do sistema internacional, no entanto, por ora, vale destacar o potencial que essa parceria representa, ao trazer temas importantes para a agenda global e criar oportunidades de mercado relevantes ao desenvolvimento da tecnologia hipocarbônica devido às características dos recursos naturais existentes no próprio continente.

Referências

“AGENDA 2063: the Africa we want”. **African Union**, 4 mar. 2015.

“AFRICAN Union admitted as permanent G20 member”. **Africanews**, 9 set. 2023.

AFRICAN UNION. **The Common African position on the proposed reform of the United Nations: Ezulwini consensus**. Addis Ababa: African Union, 2005.

AFRICAN UNION. **The African Leaders Nairobi Declaration on climate change and call to action**. Nairobi: African Union, 2023.

AFRICAN UNION COMMISSION. **A shared strategic framework for inclusive growth and sustainable development and a global strategy to optimize the use of Africa’s resources for the benefit of all Africans**. Addis Ababa: African Union, 2015.

BUJRA, Abdalla. **Pan-African political and economic visions of development from the OAU to the AU: from the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD)**. Addis Ababa: Development Policy Management Forum, 2004.

BURANYI, Stephen. “The WHO v. coronavirus: why it can’t handle the pandemic”. **The Guardian**, 10 abr. 2020.

CALABRESE, Linda. “Industrialising Africa: why China’s investment matter for Africa”. **IGC**, 30 nov. 2022.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças**. Porto Alegre: CEBRAFRICA: CEGOV, 2020.

CHANGCHUN, Hu. “Join hands to build a high-quality China Africa community with a shared future”. **Capital**, 17 jan. 2024.

“CHINA supports reasonable reform of UN Security Council: envoy”. **Xinhuanet**, 26 nov. 2019.

DE WAAL, Alex. “What’s new in the ‘New Partnership for Africa’s Development’?”. **International Affairs**, v. 78, n. 3, p. 463-275, jul. 2002.

DE WAAL, Alex. “African roles in the Lybian conflict of 2011”. **International Affairs**, v. 89, n. 2, p. 365-379, 2013.

“ENGLISH translation of Prime Minister’s opening remarks at the G20 Summit”. **Ministry of External Affairs – Government of India**, 9 set. 2023.

FREITAS, Marcus Vinicius. **The impact of Chinese investments in Africa: neocolonialism or cooperation?** Rabat: Policy Center for New South, 2023.

G20 ITÁLIA. **The Common Framework for debt treatment beyond the DSSI**. Roma: G20 Itália, 2023.

G20 ÍNDIA. **G20 New Delhi Leaders’ Declaration**. Nova Delhi: 2023.

HRUBY, Aubrey. **Priorities for US-Africa commercial policy in the Biden Administration**. Washington, DC: Atlantic Council Africa Center, 2022.

“KEYNOTE Speech at the Belt and Road Dialogue for China-Africa Cooperation”. **Mission of the People’s Republic of China to the African Union**, 4 jun. 2019.

LANDSBERG, Chris. “Toward a developmental foreign policy? Challenges for South Africa’s diplomacy in the second decade of liberation”. **Social Research**, v. 72, n. 3, p. 723-757, 2005.

MEADOR, John Elliot; O’BRIEN, David. “Placing Rwanda’s agriculture boom: trust, women empowerment and policy impact in maize agricultural cooperatives”. **Food Security**, v. 11, n. 4, p. 869-880, ago. 2019.

MUNYATI, Chido. “The African Union has been made a permanent member of the G20 – what does it mean for the continent?”. **World Economic Forum**, 14 set. 2023.

NAMATOVU, Ruth. “Africa’s bargaining chip to the G20”. **Wilson Center**, 19 out. 2023.

NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA’S DEVELOPMENT. **The New Partnership for Africa’s Development (NEPAD)**. Geneva: ONU, 2001.

NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA’S DEVELOPMENT PLANNING AND COORDINATING AGENCY. **A continental thrust: advancing Africa’s development**. Midrand: Nepad Planning and Coordinating Agency, 2011.

NOWAK, W. “China-Africa and India-Africa in the years 2000-2014”. **Procedia Economics and Finance**, n. 39, p. 140-146, 2016.

NSHIMBI, Chris Changwe. “Pan-African aspirations drive a new free trade pact”. **Current History**, v. 118, n. 808, p. 188-193, jun. 2019.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; OTAVIO, Anselmo. “Africa’s strategies of development and international insertion: the hybridity of Agenda 2063”. **Contexto Internacional**, n. 3, v. 2, p. 331-353, maio/ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The potential of Africa to capture technology-intensive global supply chain**. Geneva: ONU, 2023.

OTAVIO, Anselmo. “De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na política externa dos Estados Unidos, 2001-2020”. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 58, p. 92-106, abr. 2021.

RAMOS, Leonardo. “Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial? Uma análise do BRICS no G20”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 2, n. 50, p. 49-65, 2014.

RAMPONI, Francesco; NKHOMA, Dominic; GRIFFIN, Susan. “Informing decisions with disparate stakeholders: cross-sector evaluation of cash transfers in Malawi”. **Health Policy and Planning**, v. 37, n. 1, p. 140-151, jan. 2022.

“RÚSSIA quer países africanos no Conselho de Segurança da ONU”. **Deutsche Welle**, 19 ago. 2023.

SMITH, Patrick. “US holds up Ngozi Okonjo-Iweala appointment as WTO Director-General”. **The Africa Report**, 28 out. 2020.

THE WHITE HOUSE. **U.S. Strategy toward Sub-Saharan Africa**. Washington, DC: The White House, 2022

TIEKU, Thomas Kwasi. **United States-Africa relations in the age of Obama**. Ithaca: Cornell University Press, 2018.

VIGERS, Benedict. "U.S. loses soft power edge in Africa". **Gallup**, 26 abr. 2024.

WHITE, Abraham; HOLTZ, Leo. "Figure of the week: Africa countries' votes on the UN resolution condemning Russia's invasion of Ukraine". **Brookings**, 9 mar. 2022.

Recebido e publicado em novembro de 2024.